

A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ENTRE A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Francielle Pereira Nascimento¹

Katya Luciane de Oliveira²

Deivid Alex dos Santos³

RESUMO: Este artigo apresenta a expansão do acesso à Educação Superior no Brasil nas últimas décadas com o objetivo de discutir os avanços e desafios resultantes desse processo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a qual utilizou dados quantitativos do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referentes ao Censo da Educação Superior (2000 – 2023) e pressupostos teóricos de autores que discutem a temática, como Almeida et al. (2012), Osti, Nogueira e Pissinatti (2023) e Vargas e Heringer (2017). Os resultados possibilitaram a articulação entre os dados e o referencial teórico frente ao crescimento significativo do número de matrículas, ingressos e Instituições de Ensino Superior (IES) que tem se consolidado do final do século XX até os dias atuais. Ressalta-se o papel dos programas governamentais voltados ao acesso e à permanência estudantil, bem como a participação da rede privada na oferta dessa etapa de ensino. Entretanto, pondera-se que a ampliação do acesso não corresponde, necessariamente, à qualidade do ensino ofertado. A literatura evidencia que o estudante que adentra o Ensino Superior enfrenta um processo de adaptação e integração, o qual é complexo e condicionado por fatores sociais, acadêmicos e de aprendizagem, demandando, assim, um ambiente de apoio que favoreça sua permanência e a conclusão do curso. Nesse contexto, o cenário atual impõe o desafio da mobilização tanto na esfera das políticas públicas de garantia de acesso e permanência, quanto institucional, no que diz respeito às práticas que sejam capazes de viabilizar não apenas o acesso, mas a continuidade e conclusão dos estudos com qualidade na Educação Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Expansão; Qualidade.

ABSTRACT: This article presents the expansion of access to higher education in Brazil in recent decades, aiming to discuss the advances and challenges resulting from this process. To this end, bibliographical research was conducted using quantitative data from INEP (National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira) related to

¹ Doutora em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM) campus Cianorte – Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia, Cianorte-PR, e-mail: fpnascimento@uem.br.

² Pós-Doutora em Avaliação Psicológica, Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Professora Associada do Departamento de Psicologia e Psicanálise, Londrina, PR, (43) 3371-4203, katyauei@gmail.com.

³ Doutor em Educação, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus Campo Mourão – Professor Adjunto do curso de Pedagogia, Campo Mourão- PR, (44) 3518-1880, e-mail: mensagemprodeivid@gmail.com.

the Higher Education Census (2000–2023) and theoretical assumptions from authors who discuss the topic, such as Almeida et al. (2012), Osti, Nogueira, and Pissinatti (2023), and Vargas and Heringer (2017). The results allowed for the articulation between the data and the theoretical framework in view of the significant growth in the number of enrollments, admissions, and Higher Education Institutions (HEIs) that has been consolidated from the end of the 20th century to the present day. The role of government programs aimed at student access and retention is emphasized, as well as the participation of the private sector in offering this stage of education. However, it is important to note that expanding access does not necessarily equate to the quality of education offered. The literature shows that students entering higher education face a complex process of adaptation and integration, conditioned by social, academic, and learning factors. This process requires a supportive environment that fosters their retention and course completion. In this context, the current scenario poses the challenge of mobilization, both in the sphere of public policies to guarantee access and retention, and institutionally, with regard to practices capable of enabling not only access but also the continuation and completion of high-quality studies in higher education.

KEYWORDS: Higher Education; Expansion; Quality.

INTRODUÇÃO

Este estudo se configura como sendo a ampliação e atualização de resultados de discussões teórico-científicas advindas de uma pesquisa de pós-graduação, nível de doutorado na área da educação sobre o contexto universitário brasileiro. Ele também se articula ao projeto de pesquisa denominado “A Teoria Social Cognitiva e suas interfaces com o ensino e a aprendizagem autorregulada na Educação Superior” desenvolvido no Departamento de Pedagogia da universidade Estadual de Maringá (UEM). O projeto se encontra em fase inicial e nesta primeira etapa tem como objetivo: compreender o contexto da Educação Superior brasileira na contemporaneidade a partir da expansão do acesso a este nível.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é apresentar a expansão da Educação Superior brasileira nas últimas décadas com a finalidade de discutir os avanços e desafios deste cenário. Para alcançar o objetivo proposto, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica e análise documental, a qual se apoia em autores da temática e em dados coletados e divulgados pelo INEP sobre o Censo da Educação Superior brasileira.

A busca pelo ingresso nos cursos do Ensino Superior cresceu significativamente entre o período que compreende as décadas de 1980 aos anos 2000. Segundo Almeida *et al.* (2012) e Santos *et al.* (2013), esse nível de ensino passou a representar na vida dos

indivíduos uma forma de ascensão intelectual, econômica e profissional. Em uma perspectiva mais ampla, passou a ser uma fonte de crescimento do próprio país no aspecto político, econômico, social e cultural ao ter os brasileiros com nível mais elevado de formação.

De acordo com Vargas e Heringer (2017), as transformações que levaram a expansão da Educação Superior brasileira tiveram início na segunda metade do século XX. A quantidade de cursos de graduação oferecidos no Brasil passou de 99 mil, em 1961, para 1,34 milhão em 1980, o que demonstra um interesse na procura por esse nível acadêmico, além dos demais níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Contudo, a história da Educação Superior brasileira evidencia que este fato é recente, pois a universidade chegou tardiamente no Brasil, visto que no período colonial e pós-colonial, as propostas educacionais priorizavam os interesses dos colonizadores.

No passado, os cursos superiores foram inaugurados durante o período Imperial, em sua maioria oferecidos sobre a justificativa da necessidade de mão de obra qualificada para atender as demandas da sociedade. A universidade, enquanto instituição, só foi uma realidade no início do século XX e muitas transformações de cunho administrativo e que culminaram no modelo atual como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão resultaram da Lei nº 5.540/68, a qual dispôs sobre a Reforma Universitária (Vargas; Heringer, 2017). A partir das décadas seguintes, a expansão do acesso à Educação Superior no Brasil cresceu significativamente, influenciada pela oferta de cursos pela iniciativa privada (Batalha, 2024).

Segundo Batalha (2024), políticas públicas impactaram tanto o setor público quanto o privado, na busca por formar um público estudantil diverso. O crescimento da Educação Superior privada no Brasil, por exemplo, foi impulsionado pelo FIES (Financiamento Estudantil), pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos) e pela regulamentação da Educação a Distância (EAD), que transformou a dinâmica do setor. No que diz respeito às universidades públicas, o governo brasileiro promoveu mudanças no acesso às vagas, como a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a introdução de programas de ações afirmativas, e a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O cenário favorável de democratização do acesso do nível superior resultou em novos espaços de formação. Um novo contexto é estabelecido, na esfera privada principalmente, composto por diversas parcelas da população, formado em grande parte

por vínculos mediante à programas de financiamento com interesses do setor privado. No setor público, estudantes adentram também por meio de políticas publicas que se tornaram extremamente necessárias e importantes para democratização da IES públicas. Assim, novos desafios em relação à essa etapa de ensino e a vida universitária se estabelecem progressivamente.

Com vistas a atender o objetivo proposto, o artigo foi estruturado em três tópicos. O primeiro apresenta aspectos gerais da história da Educação Superior brasileira, com foco na progressiva expansão do acesso. O segundo tópico descreve os caminhos metodológicos da pesquisa, bem como, os dados extraídos dos Censos da Educação Superior das últimas duas décadas. Num terceiro momento, será apresentada a discussão da análise dos dados, a qual evidencia os avanços, os desafios e limites contemporâneos, assim como, a articulação com o referencial teórico proposto.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A trajetória da Educação Superior no Brasil revela que sua estruturação não seguiu os mesmos moldes observados em países europeus e colônias americanas e inglesas. Em colônias americanas, espanholas e inglesas, por exemplo, a abertura das IES (Instituição de Ensino Superior) marcam o início do período colonial, enquanto no Brasil, os filhos da elite se deslocavam para a Europa, a fim de complementar seus estudos em nível superior (Do Carmo *et al.*, 2023). Enquanto nesses contextos as universidades foram criadas ainda nos períodos coloniais ou logo após, no Brasil, sua implantação ocorreu de forma tardia. Tal fato se relaciona com o processo de colonização, cujos interesses não contemplavam a constituição de universidades no território brasileiro.

Durante toda a Colônia e início do Império, o acesso ao Ensino Superior era extremamente restrito. Conforme relata Flores (2017), os jovens mais abastados se deslocavam para diversas faculdades europeias, principalmente a Universidade de Coimbra nos cursos de medicina, direito e engenharia. Nessa perspectiva, a autora assevera que a única possibilidade de seguir em carreiras liberais em território brasileiro era por meio dos cursos ofertados, sendo eles, Filosofia ou também curso de Artes ou Ciências Naturais e o curso de Teologia, todos mantidos nos colégios da Companhia de Jesus na Bahia e no Rio de Janeiro.

Foi somente após a chegada da Família Real ao Brasil, 1908, que se pensou nesse nível de educação no território brasileiro (Flores, 2017), mas ainda assim, o acesso era restrito. Conforme aponta Saviani (2010), foram iniciativas diferentes do modelo de Educação Superior que já era consolidado em outros territórios, consistindo em uma adequação muito limitada. Neste primeiro momento, não foram criadas universidades, mas cursos isolados e cadeiras em áreas específicas, como Medicina, Economia, Agricultura, Química e Desenho Técnico, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Essas formações iniciais visavam suprir demandas práticas, sobretudo ligadas à marinha, ao exército e interesses pragmáticos que atendiam as demandas da corte portuguesa (Saviani, 2010).

Na sequência, no restante do país, foram se expandindo algumas das propostas para formação em nível superior, como por exemplo, matemática Superior em Pernambuco, Retórica e Filosofia em Minas Gerais e Direito em Olinda PE (Saviani, 2010). Durante o Brasil Império, após 1822, continuaram vigentes os cursos mencionados, pois, conforme afirmam Vargas e Heringer (2017), não havia interesse pela formação superior por parte de uma pequena parcela da população em um território cujo ensino primário ainda precisava ser melhorado e melhor estruturado.

Segundo Flores (2017, p. 406), controlado pelo Estado e com resistência à participação do setor privado, “o ensino superior era um mecanismo de monopólio da concessão de privilégios profissionais, que detinha o poder de conferir diplomas juridicamente válidos a uma parcela minoritária da sociedade”. Assim, a formação da força de trabalho para determinadas profissões era controlada pelo Estado como forma de manutenção dos interesses de poder.

As primeiras universidades brasileiras só surgiram durante o processo de urbanização e industrialização, sendo a primeira a Universidade Federal do Paraná (UFPR), na cidade de Curitiba em 1912, a qual teve suas atividades iniciadas em 1913. Posteriormente, em 1920, teve a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resultante da união de escolas profissionais já existentes. E em 1927 a de Minas Gerais. Na sequência, outras instituições foram fundadas, como a USP em 1934 e a Universidade do Brasil em 1937, esta última considerada modelo nacional e origem da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na década de 1960 um marco importante provocou mudanças na Educação Superior, a Lei nº 5.540/68, a qual dispôs sobre a Reforma Universitária. Por meio desta lei, ocorreram diversas transformações no que diz respeito à contratação de professores,

vestibular, recursos e materiais, agrupamento de faculdades, como justificativas para a expansão e democratização da Educação Superior. De acordo com Mendonça (2000), a reforma foi fundamental para consolidar a universidade com base na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Vargas e Heringer (2017) acrescentam que houve uma significativa expansão das IES nesse período, impulsionada pela demanda por mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, além do avanço da privatização no setor. Entre 1960 e 1980, as matrículas totais passaram de aproximadamente 99 mil, em 1961, para 1,34 milhão em 1980. Nas instituições privadas, o crescimento foi ainda mais acentuado, saltando de 44 mil para 852 mil matrículas no mesmo intervalo.

Contudo, Flores (2017), chama atenção para aspectos que permearam a expansão no período. A autora descreve que os cursos superiores de menor prestígio eram, em geral, frequentados pelos jovens de classes menos favorecidas, que, por não estarem devidamente preparados para a disputa das vagas, não conseguiam ingressar nas instituições de maior renome, principalmente nas públicas, cuja procura era muito maior do que a oferta de vagas. Por essa razão, tais instituições adotavam mecanismos de seleção bastante rigorosos. Nesse contexto, começam a ser criados programas do governo federal com duas frentes: uma destinada aos estudantes das instituições privadas e outra voltada aos matriculados nas públicas. O primeiro programa de crédito educativo no Brasil, instituído em 1976, possibilitava aos alunos da rede privada o financiamento das mensalidades, enquanto aos da rede pública garantia apoio para sua manutenção durante o curso superior. O prazo para a quitação do financiamento correspondia à duração do curso realizado.

Segundo Flores (2017), no período de 1974 a 1984, consolidou-se um processo de democratização do ensino superior brasileiro desigual, visto que aqueles que tinham condições de pagar pelo ensino privado acabavam estudando em instituições públicas, enquanto os que não conseguiam arcar com a própria subsistência, quando conseguiam acesso à universidade, o faziam majoritariamente em instituições privadas.

Essa tendência gradual de crescimento com o apoio da iniciativa privada continuou nas décadas finais do século XX e ainda perdura no século XXI (Batalha, 2024). Além do aumento das instituições privadas e na oferta de cursos nessas IES, outros fatores contribuíram para a democratização do acesso à Educação Superior, como os programas de acesso e permanência.

À exemplo, tem-se o FIES de 1999, que passou a atender exclusivamente alunos de cursos não gratuitos e bem avaliados e em 2010, o prazo de pagamento foi ampliado para até três vezes a duração do curso; o Programa Universidade para Todos (Prouni) de 2004 que ofereceu bolsas integrais e parciais em instituições privadas, o SISU, sistema de ingresso baseado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) possibilitou a participação em seleções nacionais públicas e acesso a programas de financiamento estudantil e incentivos à permanência por meio da Portaria que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), em 2007 (Antonello; Comar, 2021, Vargas; Heringer, 2017).

Um outro fator que contribuiu para a democratização do acesso, segundo Flores (2017) foi a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas), a qual determinou que 50% das vagas em universidades e institutos federais fossem reservadas a egressos da escola pública, com critérios de renda e inclusão étnico-racial, garantindo proporcionalidade de acordo com os dados do IBGE.

A trajetória da Educação Superior no Brasil evidencia um processo histórico marcado por atraso, restrição de acesso e influência estatal, distinto do observado em outros países colonizados. Nas últimas décadas, a expansão das instituições privadas, associada a políticas públicas de financiamento, bolsas e inclusão, contribuiu para a democratização do acesso, entretanto, ressalta-se a forma desigual que o processo ocorreu e ainda ocorre, pois, tensionada pelo setor privado, reflete a complexidade e as particularidades do desenvolvimento deste nível de ensino no Brasil. Um outro ponto a ser destacado diz respeito ao atendimento das necessidades estudantis neste espaço. Mais adiante, serão abordadas as variáveis que influenciam na qualidade da experiência acadêmica, bem como a permanência estudantil e aprendizagem. Portanto, observa-se a democratização do o acesso às IES é acompanhada por desafios institucionais, sociais, econômicos, pedagógicos entre outros, que serão abordados no tópico de discussão deste texto com maior aprofundamento.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E DADOS ATUAIS

O objetivo deste estudo concentrou-se em discutir os avanços e desafios resultantes do processo de expansão da Educação Superior nas últimas décadas. Para alcançar essa finalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a qual utilizou dados quantitativos do

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referentes ao Censo da Educação Superior entre os anos de 2000 e 2023.

Os Censos disponibilizados pelo INEP foram consultados a fim de extrair os dados referentes aos números de matrículas no geral, matrículas de estudantes ingressantes, total de instituições, instituições privadas e instituições públicas. Optou-se pelo recorte de verificação dos dados de cinco em cinco anos, com o intuito de que as diferenças no período de duas décadas fossem observadas com mais precisão. O Quadro 1 apresenta os dados quantitativos acerca do mesmo fenômeno.

Quadro 1 – Dados sobre a Educação Superior brasileira (2000-2023).

Ano	Matrículas	Ingressantes	Total de instituições	Instituições Privadas	Instituições Públicas
2000	2.694.245	1.035.750	1.180	1.004	176
2005	4.567.798	1.481.955	2.314	1.934	231
2010	6.379.299	2.383.110	2.378	2.100	278
2015	8.027.297	2.920.222	2.364	2.069	295
2020	8.680.354	3.765.475	2.457	2.153	304
2023	9.977.217	4.993.992	2.679	2.108	571

Fonte: Autoria própria a partir dos dados do INEP (BRASIL, 2001, 2018, 2024).

Verifica-se que o período datado entre os anos de 2000 e 2023 (último censo), houve um aumento significativo em relação a matrículas, aos ingressantes e ao número de IES. Em 2023 anos somaram-se um aumento de 7.282.972 matrículas, o que equivale a aproximadamente 270%. Em relação aos ingressantes, observa-se o aumento de matrículas no recorte feito de cinco em cinco anos no Quadro 2:

Quadro 2 – Aumento de ingressantes na Educação Superior (2000-2020)

Anos	Ingressantes a mais	Crescimento %
De 2005 em relação a 2000	446.205	43,1%
De 2010 em relação a 2005	901.155	60,8%
De 2015 em relação a 2010	537.112	22,5%
De 2020 em relação a 2015	845.253	28,9%

Fonte: Autoria própria a partir dos dados do INEP (BRASIL, 2001, 2018, 2024).

Os referidos dados confirmam a expansão do acesso ao nível superior no país, impulsionada pela viabilização da oferta frente, pois, o aumento mais expressivo em relação às matrículas de ingressantes foi entre os anos de 2005 e 2010, período este marcado pela criação dos programas PROUNI (2004), PNAES (2007), SISU (2009) e o fortalecimento do FIES.

Observa-se um crescimento mais expressivo das instituições privadas em comparação às públicas. Entre 2000 e 2020, foram criadas 1.149 novas IES privadas, correspondendo a um aumento aproximado de 114%, enquanto as públicas registraram a criação de 128 instituições, um crescimento de cerca de 73%. Ressalta-se que o maior incremento das IES privadas ocorreu entre 2000 e 2005, período anterior à implementação dos programas de acesso que posteriormente facilitaram o ingresso estudantil nessas instituições. Nesse contexto, entre 2000 e 2005 foram criadas 930 novas IES privadas, enquanto entre 2005 e 2010, com a implementação dos programas de acesso, observou-se a consolidação de um fluxo de ingresso majoritariamente direcionado a essas instituições.

É fundamental reconhecer a democratização da Educação Superior como um processo necessário e significativo, que representa um avanço no acesso, especialmente considerando a trajetória histórica brasileira marcada por restrições à participação das classes populares nos espaços formativos, particularmente em nível superior. Contudo, Campira; Bulaque; Almeida, 2020; Nascimento, Oliveira e Bzuneck, 2025, apontam que esse crescimento, por si só, não garante a permanência dos estudantes, a conclusão e nem a qualidade no ensino. Ao contrário disso, ao expandir-se, a Educação Superior passa a ser um campo repleto de novos desafios a serem investigados e superados. É neste sentido que a discussão da temática foi impulsionada e desenvolvida no próximo tópico. Para tanto, pressupostos teóricos de autores como Almeida et al. (2012), Osti, Nogueira e Pissinatti (2023) e Vargas e Heringer (2017) foram utilizados e articulados aos dados obtidos.

DISCUSSÃO

Frente à realidade que se formou na Educação Superior brasileira, permeada por avanços em relação ao ingresso de estudantes e assim, a sua democratização, desafios e possíveis limites da sua expansão devem ser considerados. O intuito é que a discussão aqui apresentada indique perspectivas e caminhos para a proposição de uma educação superior para além da lógica quantitativa, cuja permanência e a conclusão do estudante em um

curso que valorize a qualidade do ensino e da formação ofertada sejam prioridades.

As políticas e programas de acesso e permanência (Prouni, Pnaes, Enem, Sisu) foram fundamentais para a expansão da Educação Superior (Antonello; Comar, 2021, Vargas; Heringer, 2017). Nessa perspectiva, Antonello e Comar (2021, p. 776) afirmam que,

A partir do momento em que esse nível de ensino deixou de ser acessível apenas a um público restrito e elitizado de estudantes para se tornar também lócus de formação da classe trabalhadora, as instituições de educação superior se depararam com a necessidade de adaptar a sua atuação a novos desafios formativos, seja pela multiplicidade de realidades que adentraram a universidade, seja pelo avanço tecnológico e mudanças culturais desse tempo.

Como já mencionado, as políticas e programas que buscaram expandir a Educação Superior modificaram significativamente a forma de acesso à universidade. Entretanto, diante do aumento da demanda, eles se tornam muitas vezes insuficientes para o atendimento da permanência estudantil frente ao crescente número de estudantes e as diferentes realidades que compõem o contexto universitário. Assim, os limites foram sendo expostos e os desafios acentuados.

De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2022, apenas 15% das IES privadas e 35% das públicas alcançaram conceitos considerados satisfatórios (IGC 4 e 5). Esse dado evidencia a necessidade de investimentos em formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos. Além disso, a falta de coerência entre os currículos dos cursos e as demandas do mercado de trabalho tem sido apontada como um fator que compromete a empregabilidade dos egressos. Para superar esses desafios, é essencial promover políticas de avaliação e regulação mais rigorosas, além de incentivar a inovação e a internacionalização das IES (Inep, 2022; Mec, 2023).

Campira, Bulaque e Almeida (2020) apontam que a qualidade da experiência acadêmica vivenciada pelos estudantes é um fator determinante para o seu sucesso e permanência nas instituições de ensino. Os universitários ingressantes passam pelo processo de integração e adaptação à Educação Superior, e segundo Almeida *et al.* (2012) e Nascimento, Oliveira e Bzuneck (2025), trata-se de um processo multifacetado, que depende qualitativamente das diversas relações estabelecidas nele, tanto na esfera interpessoal quanto acadêmica e de aprendizagem.

Conforme apontam Nascimento, Oliveira e Bzuneck (2025), a falta de recursos financeiros, a inadequação da infraestrutura e a carência de suporte psicopedagógico nas dimensões institucional, profissional, interpessoal, de recursos econômicos, de aprendizagem e rendimento, e de ensino são obstáculos frequentes que limitam a satisfação acadêmica. Além disso, o descompasso entre as expectativas dos estudantes e a realidade dos cursos pode gerar desmotivação e desistência (Osti, Nogueira, Pissinatti, 2023).

Pires, Almeida e Ferreira (2000) destacam que o primeiro ano do curso superior se configura como uma etapa crítica, marcada por diversas dificuldades de adaptação, uma vez que o estudante passa a enfrentar um novo contexto que exige maior autonomia nas aprendizagens, na organização e na regulação da vida acadêmica, contrastando com a experiência vivenciada na educação básica. Nesse sentido, as pesquisas sobre as experiências de estudantes ingressantes têm despertado crescente interesse, sendo este grupo frequentemente identificado como “grupo de risco” (Soares et al., 2009; Tavares et al., 2008). Para Almeida (2007), a vivência de um processo de adaptação satisfatório nesse período inicial constitui fator determinante para a permanência e o sucesso acadêmico, favorecendo o desenvolvimento de estratégias que sustentem a trajetória ao longo da formação universitária.

Nesse sentido, os agentes que fazem parte da vida acadêmica do estudante são figuras relevantes neste processo. Antonello e Comar (2021) enfatizam a importância da formação continuada de professores para a Educação Superior, de modo a acompanhar as demandas de aprendizagem dos novos universitários com vistas a ofertar uma atividade de ensino de qualidade. Para tanto, os autores defendem uma formação continuada para além da apropriação dos conhecimentos específicos das áreas, ou seja, que abranja conhecimentos pedagógicos e didáticos que constituem a docência, assim, “reafirma-se a necessidade de a universidade colocar-se num posicionamento favorável à formação docente e o modo como essa iniciativa é dependente das políticas de gestão universitária (Antonello; Comar, 2021 p. 787).

Os desafios advindos da expansão da Educação Superior também englobam questões econômicas. Frente ao cenário do Ensino Superior em países da América Latina, os desafios são acentuados quando se trata das populações mais pobres, pois a desigualdade social existente nos países desse território, faz com o que o processo de adaptação, permanência e conclusão de uma graduação ainda mais desafiador e complexo (Vargas e Heringer, 2017). Almeida, Guisande e Canal (2023) afirmam que especialmente

para estudantes provenientes de contextos vulneráveis, os desafios de adaptação e integração são maiores, visto que enfrentam barreiras culturais e sociais para se integrarem plenamente à vida acadêmica.

Nessa perspectiva, dados do INEP (2022) mostram que a taxa de evasão nas IES privadas foi de 32,5% nas IES públicas e 18,7%. Entre os principais motivos estão dificuldades financeiras, falta de adaptação e integração ao ambiente universitário e incompatibilidade entre o curso escolhido e as expectativas dos estudantes (Osti, Nogueira, Pissinati, 2023).

Um outro desafio a ser considerado em relação às IES privadas é apontado por Batalha (2024). O autor denominou a dicotomia presente na expansão do acesso apoiada pelo setor privado de “As facetas do lucro”. Se por um lado, existe o debate de que mesmo com os cuidados e regulamentações governamentais os estudantes correm o risco de ingressarem em instituições predatórias que visam apenas o lucro e pouca preocupação com a sua formação, por outro, há a defesa de que o setor privado fornece uma oportunidade de acesso à educação superior, abrangendo uma parcela da população que não consegue adentrar em uma IES pública.

Não menos importante, cabe ressaltar os impactos da pandemia da COVID-19 para a Educação Superior, visto que houve o aceleração da adoção do ensino remoto e híbrido. Segundo o INEP (2022), em 2021, mais de 70% das IES adotaram parcial ou totalmente o ensino a distância. Embora essa modalidade tenha ampliado o acesso para estudantes de regiões remotas, também evidenciou desigualdades no acesso à internet e a dispositivos tecnológicos. A superação desses desafios exigirá investimentos em infraestrutura digital e políticas de inclusão tecnológica (Inep, 2022; Mec, 2023).

Um outro aspecto desafiador se trata da oferta, por parte das IES, de serviços aos discentes no âmbito do apoio psicopedagógico, tanto em relação à adaptação acadêmica quanto às necessidades de aprendizagem. Assim como, a sensibilização e preparação do corpo docente para o conhecimento da nova realidade institucional a fim de que planos de ação e organização do trabalho pedagógico sejam pensados de acordo com a realidade.

Frente ao exposto, o panorama atual da Educação Superior no Brasil evidencia desafios complexos relacionados à qualidade, permanência e equidade no acesso às instituições de ensino. Os dados do IGC de 2022 revelam que muitas instituições de Ensino Superior apresentam baixo desempenho, evidenciando a necessidade de investimentos em formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos. A desarticulação entre currículos

e demandas do mercado, aliada a fatores socioeconômicos e culturais, impacta a empregabilidade e a permanência dos estudantes, especialmente os de contextos vulneráveis. Apesar da ampliação do acesso pelo setor privado, desafios relacionados à qualidade e à inclusão tecnológica persistem, tornando essencial o fortalecimento de estratégias que promovam a permanência estudantil e a qualidade da Educação Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a expansão da educação superior brasileira nas últimas décadas, a fim de discutir os avanços, contradições e desafios deste cenário. Buscou-se compreender como se deu o crescimento do acesso, especialmente a partir do final do século XX, e de que forma as políticas públicas e transformações institucionais contribuíram para a democratização desse nível de ensino no país.

A partir dos dados do INEP, foi confirmada a premissa do crescimento expressivo no número de matrículas, de ingressantes e de Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo nas instituições privadas. No entanto, segundo a literatura apresentada, tal expansão não foi acompanhada de forma proporcional, tanto no que diz respeito às melhorias na qualidade do ensino, quanto em garantias efetivas e contínuas de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes. A discussão evidencia que a lógica do lucro presente nas instituições privadas e que permearam as políticas públicas de acesso têm influência neste aspecto, visto que o lucro está acima da busca por qualidade de ensino e de oferta de formação, apresentado assim, a dualidade apresentada por Batalha (2024) sobre os avanços em relação à democratização do acesso.

Problemas como evasão, desafios no processo de integração e adaptação, dificuldades financeiras e descompasso entre formação e mercado de trabalho foram identificados como desafios que comprometem a efetividade do processo educativo que de fato promova a democratização do nível superior para além do ingresso na IES.

Frente ao exposto, é imprescindível que as políticas públicas avancem no sentido de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade da formação superior. Isso implica ampliar investimentos em infraestrutura, qualificação docente e apoio psicopedagógico, além de promover maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Também se faz necessário fortalecer mecanismos de avaliação e regulação, bem como incentivar práticas pedagógicas e institucionais que dialoguem com as

especificidades dos estudantes ingressantes no processo de integração e adaptação na Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 17, p. 899-920, 2012.

ALMEIDA, L. S.; GUISANDE, M. A.; CANAL, C. P. P. Abandono do ensino superior: determinantes e medidas de prevenção. In: OSTI, A.; FIOR, C.; CANAL, C. P. P.; ALMEIDA, L. S. (Orgs.). **Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023. p. 141-162. 260 p.

ALMEIDA, L. S. Transição, adaptação acadêmica e êxito escolar no ensino superior. **Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación**, Coruña, Espanha, v. 14, n. 2, p. 203-215, 2007.

ANTONELLO, J.; COMAR, S. R. Políticas neoliberais e expansão do ensino superior: desafios para a formação docente universitária. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 35, p. 768-791, 2021.

BATALHA, Matheus. Expansão do ensino superior privado no Brasil: encruzilhadas e perspectivas. **Revista Internacional Educon**, v. 5, n. 1, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024.

_____. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015**. 2. ed. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação superior – 2000** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2001.

CAMPIRA, F. P.; BULAQUE, P. Z.; ALMEIDA, L. S. Satisfação com experiências acadêmicas: variáveis preditoras em estudantes universitários de Moçambique. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1979-1994, 2021.

DO CARMO, A. L.; et al. Periodização do Ensino Superior no Brasil e principais marcos históricos. **DRPEES-Desenvolvimento Regional com Políticas Econômicas Estratégicas e Sustentáveis: Governos Municipais, Estaduais e Federal Integrado**, v. 4, n. 1, 2023.

FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista internacional de educação superior**, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

NASCIMENTO, F.P.; OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, D.A.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Índice Geral de Cursos (IGC) 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 10 out. 2023.

MEC. Ministério da Educação. **Sisu 2023: mais de 2 milhões de inscrições para 243 mil vagas**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/mais-de-965-mil-ja-se-inscreveram-no-sistema-de-selecao-unificada-2023>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MENDONÇA, A. A. A universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n 14 p. 131-150, 2000.

NASCIMENTO, F. P.; OLIVEIRA, K. L.; BZUNECK, J. A. Perspectiva de tempo futuro e a satisfação acadêmica: identificação e relações no Ensino Superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 11, p. e025036-e025036, 2025.

OSTI, A.; NOGUEIRA, B. L. C.; PISSINATTI, I. A afetividade e a satisfação como elementos intervinientes do contexto de aprendizagem. In: OSTI, A; FIOR, C; CANAL, C, P, P; ALMEIDA, L. S. (Orgs.). **Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 103-122.

PIRES, H. S.; ALMEIDA, L.; FERREIRA, J. A. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA) aos estudantes universitários dos PALOP. In: SOARES, A. P. Et al (Orgs.), **Transição para o Ensino Superior**. Braga: Universidade do Minho, 2000, p.119- 127.

SANTOS, A. A.; et al. Integração ao ensino superior e satisfação acadêmica em universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, p. 780-793, 2013.

VARGAS, H.; HERINGER, R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, p. 1-33, 2017.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SOARES, A.P. et al. Academic achievement in first-year Portuguese college students: The role of academic preparation and learning strategies. **International Journal of Psychology**, Montreal: Canada, n. 44, p. 204-212, 2009.

TAVARES, D. A.; et al. Student's preferences and needs in portuguese higher education. **European Journal of Education**, New York, v. 43, n. 1, p. 107-122, 2008.